

o Congresso Nacional pode e deve fazer, para reparar a injustiça, é requerer de imediato a CPI das torturas e direitos humanos. É certo que poderemos até não ter condições de apurar e de responsabilizar criminalmente os responsáveis pelas violações e torturas, mas evitaremos, ao rompermos o silêncio e a omissão, a conivência com as injustiças perpetradas pelo regime. Teremos forçosamente que fazer nossa opção: anistia restrita mais CPI das torturas e direitos humanos ou anistia ampla, geral e irrestrita.

O que o Congresso não pode é render-se parcialmente na luta pela liberdade e em seus anseios de justiça e democracia.

O SR. ALEXANDRE MACHADO (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada mais sagrado que os movimentos de reivindicação popular. Em países como o nosso, todavia, devem ser ordenados, dosados e realmente desencadeados em nome de causas efetivamente justas. De outra forma, a paralisação gratuita do País, longe de atender aos reclamos fundamentais de nossa sociedade, poderá jogar por terra o pouco já gradativamente conquistado em um decênio e meio. O Brasil não tem como agüentar movimentos paralisatórios indiscriminados e sucessivos. Nem o Presidente João Figueiredo, nem nenhum outro, como as coisas vão indo, terão condições de manter a ordem pública. Parece que se prepara a volta apoteótica dos que foram cassados pelo Movimento de Março: gasolina a Cr\$ 16,50 (já na hora precisa de seu retorno); Taxa Rodoviária Única mais que duplicada; seguro obrigatório mais que duplicado; diesel a preço duplicado e inexistente; custo de vida subindo desusadamente. O caldo de cultura é ideal para a chegada dos conhecidos messias.

O Governo propõe anistia e recebe hostilidade. Abre e chama-lhe de Ditadura. Meu Deus, o que andará havendo com o nosso País? Entende que os tecnocratas e os conselheiros oficiais não andam bem. Os primeiros, considero-os inimigos públicos. São eles a base do assessoramento de qualquer governo, ditatorial de esquerda ou de direita, que possa sobrevir entre nós. Os demais são pessoas bem intencionadas, infelizmente ao alcance daqueles. Demagogia parece ser a palavra mágica. As nossas lideranças parecem preocupadas em obedecer ordens. Ainda ontem ouvi falar em brigada-de-choque do General Figueiredo. Imaginem só: brigada-de-choque. O General Figueiredo não estaria precisando de brigada-de-choque, mas de contribuição sábia baseada em pensamentos bem posicionados, de contribuição desinteressada e, todavia, imparcial, que lhe possibilite a correção de erros clamorosos e até brutais algumas vezes. Em vez de brigada-de-choque, entendo que determinadas medidas deveriam receber um tratamento de choque e serem simplesmente rejeitadas. Com isso o Brasil ganharia mais justiça e mais tempo para recuperar-se das dificuldades por que está passando.

Não nos esqueçamos de que o ex-Governador Magalhães Pinto já está bem mais velho e fora do Governo de seu Estado. É colega nosso nesta Câmara Federal. O General Mourão já partiu do nosso convívio, infelizmente. Governador nomeado não tem como fazer revolução nem condições de precipitá-la. Os tempos são outros. Respeitemos o amanhã. Nova revolução apenas poderia ser feita com lideranças reais, muitas das quais foram cassadas para servir aos que se adonaram do Movimento de Março. Foi o caso de Lacerda, Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek e tantos que não deixaram sucessores e que partiram deste mundo. Estes tinham força e liderança com suas palavras. A própria consciência popular pulsava em suas próprias consciências. E agora? Meditemos: sejamos humildes, não pensemos jamais na bajulação, olhem para nossa realidade e para a correção dos erros, a contribuição permanente de nossa inteligência.

Considero consolidado, sem peias, o método repetitivo, de concordância permanente, em torno do qual busca-se fazer verdadeira moda. Nunca se repetiu tantas vezes, e tantas pessoas, as mesmíssimas palavras e expressões dos patrões do dia, como hoje. Se o Presidente disser que tal coisa é assim ou assado, cada Governador igualmente bem o repete, bem como cada líder político de nível federal ou estadual, usando os mesmos termos e as mesmas expressões. Sei perfeitamente que, se amanhã o Presidente Figueiredo negar o que disse hoje, a negação também será de ordem geral. Neste fato reside minha maior preocupação. Ninguém por aí parece andar pensando pela própria cabeça. Quando falo "ninguém", refiro-me tão-somente aos que estão à volta do Poder. Está havendo um verdadeiro concurso. Alguns dão impressionante ênfase ao que dizem.

Há que mudar-se enquanto haja tempo. Há que contribuir-se com Figueiredo, usando a pujança e o idealismo de cada pensamento válido. Ou muitos pensam, ou o País vai à cucuia.

A verdade indiscutível é que essa forma de fazer-se greves preocupa a quem tenha a cabeça no lugar. Só os bajuladores e inconseqüentes não o vêem. Quem grita mais e pára mais recebe mais! Não há nenhum critério. No Rio Grande do Sul, o professor secundário, isto é, o que tem curso superior, recebe um piso salarial de Cr\$ 4.000,00. Já um cobrador de ônibus, após a última

greve, passou a receber bem mais e um motorista quase o dobro. Para os professores, o Governo negou-se a pagar mais. Para os vendedores de ônibus e construção civil, festejou o movimento. Há que parar-se para pensar, enquanto há tempo. Há que fixar-se normas de orientação e hierarquia. Há que definir-se o que sejam serviços essenciais. A liberdade somente tem sentido se tutelada pela responsabilidade. A liberdade sem freios não é liberdade, é licenciosidade. Muitos países já se suicidaram por haverem trocado a liberdade baseada na lei pela liberdade alicerçada na anarquia.

Os aumentos sucessivos estão sendo transferidos para o povo, para o consumidor. Se o ordenado de um trabalhador na construção civil for demasiado, o pobre jamais terá casa própria. No outro caso, dos cobradores e motoristas de ônibus, as passagens dos coletivos seriam proibitivas.

As coisas resolvidas de forma simplista são de um ridículo atroz. Cabe ao Governo, com energia e mão forte, usando bom senso, antecipar-se a esses movimentos, evitando injustiças ou abusos clamorosos.

O SR. LAZARO DE CARVALHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira está de olhos, ouvidos e pensamento voltados para o Congresso Nacional, esperando que seus legítimos representantes, eleitos que foram pela vontade popular manifestada nas urnas, concretizem o anseio generalizado de anistia ampla, geral e irrestrita.

O Brasil inteiro exige que o Poder Legislativo dê mostras de sua altivez, de sua dignidade, de sua força; que exerça com plena independência suas atribuições constitucionais e não se curve, mais uma vez, às imposições, aos caprichos, à insensibilidade do autoritarismo que se instalou no poder quinze anos atrás, e cuja última prova é o arremedo de projeto de lei que concede anistia e dá outras providências.

A análise, mesmo que superficial, da proposição encaminhada pelo Poder Executivo põe a nu todas as contradições, toda sua iniquidade, todas as distorções que pretende consagrar, enfim, sua total incompatibilidade com os reclamos de pacificação nacional.

A parcialidade do projeto do Governo é evidenciada pela exclusão das pessoas que foram destituídas de cargo administrativo ou de representação sindical, dos estudantes e professores punidos com base em atos de exceção, dos condenados pela prática de crimes políticos, mas, paradoxalmente, pretende beneficiar os agentes da implacável repressão, que cometeram os mais hediondos atentados contra os direitos humanos de seus eventuais adversários e oponentes do regime ditatorial.

Outra gritante distorção, que esperamos não seja acatada no seio das Casas do Congresso Nacional, é o condicionamento do retorno ou reversão dos servidores públicos à existência de vaga e ao interesse da administração, além da humilhante exigência de requerimento para a concessão do perdão. As comissões previstas no projeto para instruir e processar os pedidos de reintegração nada mais são do que verdadeiros tribunais secretos do arbítrio, que terão em suas mãos o destino de milhares de brasileiros injustamente afastados de suas atividades e que ficarão sujeitos a novos julgamentos.

Os idealizadores do projeto pretendem manter à margem da anistia os cidadãos punidos por atos de improbidade, que no mais das vezes sequer foram comprovados, inclusive os absolvidos pelo Poder Judiciário.

Que esquecimento é esse, Sr. Presidente, que discrimina injustamente, que beneficia alguns e exclui outros, embora hajam praticado os mesmos atos?

Não podemos, Srs. Deputados, pactuar com todas essas restrições, com todas essas limitações, sob pena de estarmos contribuindo para impedir a ampla reconciliação nacional exigida pela sociedade, e que é indispensável para o retorno do País à completa normalidade democrática.

Também quanto ao prazo de abrangência, o projeto de anistia deve ser aperfeiçoado, estendendo-se sua aplicação até à data da vigência da lei em que será convertido, nada fundamentando o alcance da medida somente aos atos cometidos até 31 de dezembro de 1978.

Sabemos da existência de fortes pressões contrárias à alteração do projeto oriundo do Executivo, como não temos dúvida de que os eternos defensores do regime de arbítrio e de exceção não deixarão de manifestar-se, em mais uma prova de subserviência e de servilidade ao autoritarismo implantado no País. Temos certeza, no entanto, de que desta vez preponderará unicamente o desejo de atender aos legítimos interesses da Pátria, com a aprovação de uma lei que de fato possibilite o reencontro de todos os nossos compatriotas com a paz social.

Somente com uma anistia ampla, geral e irrestrita poderemos congregarmos a família brasileira e superar a grave crise social, política e econômica que atravessamos.

O SR. JOSÉ FREJAT (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje ARENA e MDB votarão o projeto de concessão da anistia, ora em apreciação pelo Congresso, e temos a certeza de que esses dois partidos se unirão para ampliar os limites estreitos do projeto do Governo, a fim de que possam, todos os brasileiros atingidos pelos atos de exceção, ganhar a liberdade e serem reparados das injustiças que sofreram.

Se voltarmos à história de nossa Pátria, Tiradentes não seria hoje anistiado pelo projeto governamental, que não pode absolutamente comparar aqueles que se encontram presos por causa dos chamados atos de terrorismo, como diz o Governo, ou de crimes de sangue, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, Juarez Távora e Euclides Figueiredo, que pegaram em armas. Não podemos fazer esta comparação, porque estes cometeram atos de maior gravidade do que aqueles que se encontram presos hoje. Porque, Sr. Presidente, eles atentaram contra o Governo legitimamente eleito, ao passo que aqueles que estão prisioneiros hoje praticaram atos contra um Governo espúrio, contra um Governo que não se elegeu com o apoio do povo, mas sim, que se assenhoreou do poder em 1964 por métodos que todos nós conhecemos. Temos certeza de que, para a pacificação da família brasileira, ARENA e MDB, Deputados e Senadores comungarão do mesmo ideal no sentido de ampliar a anistia que ora se vota no Parlamento brasileiro.

Sabemos que o Movimento de 64, quando se implantou no País, dizia que era para impedir a derrocada da democracia e para acabar com a corrupção. E o que fez? Acabou com a democracia e institucionalizou a corrupção, e nenhuma punição sofreram os autores da violação da Constituição, das violências praticadas contra o povo brasileiro.

Depois de 15 anos, não é possível mais permitir que brasileiros continuem prisioneiros por crimes políticos praticados contra um regime de exceção. Os verdadeiros objetivos do Movimento de 64 foram: o favorecimento do capital estrangeiro, dando-lhe tranqüilidade para a remessa de lucros e para a espoliação dos recursos minerais da nossa terra; governar para os grupos econômicos e para as chamadas elites das finanças e da burocracia do poder; esmagar as lideranças trabalhistas, políticas, estudantis e aquelas nascentes do meio rural; conter as reivindicações dos trabalhadores, na luta por melhores salários e condições de vida; estabelecer um regime rígido de escolha dos representantes do povo, de forma a impedir a manifestação popular.

Por isso, estamos conscientes de que hoje e amanhã ARENA e MDB ampliarão o projeto de anistia, para que todos os brasileiros atingidos pelo regime de exceção sejam amparados de modo a poderem contribuir para a construção da grandeza da nossa Pátria.

O SR. ANTÔNIO RUSSO (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos dirigir nossas palavras aos colegas em plenário e, de forma muito especial, àqueles que se encontram em seus gabinetes. Hoje à tarde voltarão a ser votados os destaques apresentados ao projeto que regulamenta a profissão dos Biólogos e dos Biomédicos, criando os Conselhos Regionais de Biologia.

É preciso que esses jovens, vindos de todos os quadrantes da Nação e que estão em Brasília, alguns há mais de 20 dias, já sem condições de se alimentar, porque escasseiam os seus recursos, e sem condições higiénicas, porque também já não possuem roupas para a troca normal, saiam desta Casa com a satisfação de ver decidido o problema, para eles tão importante. É preciso que a Câmara dos Deputados, na tarde de hoje, diga aos jovens estudantes de Ciências Biomédicas que o Direito é ainda a ciência do dever ser, e a todo aquele que obtém um diploma num curso universitário, segundo a ciência do dever ser, deve ser assegurado o direito ao exercício de uma profissão honesta. Vem eles fazendo seus cursos e, ao fim de longos anos de sacrifícios, recebem um diploma do nada ser, um diploma vazio, que não lhes assegura direito algum. Já não se discute a extensão que deva ser dada ao exercício da profissão, se a eles deve ou não ser estendido também o direito de efetuar análises bromatológicas e assinar os respectivos laudos. O apelo que se faz a todos os colegas Deputados é no sentido de que, independentemente de decidirem favorável ou contrariamente à extensão do direito aos biomédicos de fazerem análises bromatológicas, compareçam a plenário, dêem *quorum* para decisão e façam com que esses jovens finalmente tenham condições de voltar às suas casas sabendo qual é a exata significação de um diploma que receberão ao fim do curso. Esses jovens, já famintos, há tantos dias em Brasília, à espera de uma definição, querem voltar aos seus Estados, às suas casas sabendo qual a exata significação do diploma que portam.

O SR. OSVALDO MELO (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, correspondência recebida do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia

Termoelétrica de Belém, no Pará, dá-nos conta da situação esdrúxula em que se encontram os funcionários das Centrais Elétricas do Pará S.A. — CELPA, desde a encampação do Parque Gerador de Energia Elétrica de Belém pela ELETRONORTE.

Segundo os signatários da mensagem, há um clima de indefinição quanto à competência para orientar e controlar a política de pessoal relativa aos servidores da entidade encampada, gerando perplexidade e inquietação entre os mesmos, indecisos quanto à autoridade a que se devem dirigir para expor seus problemas e reivindicações.

Pairam dúvidas, por exemplo, a respeito do aproveitamento dos empregados da CELPA em exercício no Parque Gerador de Energia de Belém, nos quadros da ELETRONORTE, problema ainda pendente de decisão daquela sociedade de economia mista vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Tendo em vista as dificuldades que ora perturbam a tranqüilidade desses trabalhadores, repercutindo no respectivo rendimento e, portanto, na produtividade do setor, sem dúvida um dos mais relevantes para o desenvolvimento do País, lançamos desta tribuna nosso apelo às autoridades do Ministério das Minas e Energia, assim como da ELETRONORTE, às quais está afeta a matéria, no sentido de concederem ao assunto sua melhor atenção, da qual resultará, temos a certeza, a solução das angústias que no momento afligem a classe.

Nestas condições, além de postivar de modo inquestionável quais as autoridades administrativas de pessoal diretamente responsáveis pelo recebimento, encaminhamento e decisão de reivindicações de natureza trabalhista, cumpre que tais órgãos tomem as demais medidas tendentes a confirmar todos os direitos e vantagens usufruídos pelos servidores da CELPA, antes da encampação.

Como conquista fundamental para os encampados, solicita o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termoelétrica de Belém fique a encampadora autorizada a assinar termo de responsabilidade sobre todo o pessoal lotado na área de geração, onde sejam respeitados os direitos adquiridos, entre os quais a manutenção do horário de 6 horas na Usina de Miramar, para o setor de Operação, honrando, assim, compromisso firmado entre a CELPA e o Sindicato, decorrente de dissídio coletivo e homologado na Justiça do Trabalho.

Preocupação das mais procedentes reside em assegurar a continuidade da participação dos empregados nos lucros da empresa, assim como a manutenção das férias remuneradas.

No elenco das reivindicações dos servidores da CELPA, de que é porta-voz o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termoelétrica de Belém, figura com destaque a proibição de dispensa de empregados nas Usinas de Miramar e Tapanã, medida que representaria tão-somente a substituição dos atuais por novos, criando problema social dos mais graves.

Pleitelam, ainda, uma série de vantagens funcionais, como sejam o pagamento de adicionais de periculosidade e gratificação por quinquênio de serviço, o que se constituirá em extensão de benefício já concedido às empresas localizadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, além de melhores condições de trabalho e complementação do quadro operacional nas usinas termoelétricas de Miramar e Tapanã, incompleto há cerca de quatro anos, obrigando determinados servidores a trabalharem até 36 horas corridas, em flagrante desrespeito às normas consagradas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Confiemos em que os setores administrativos responsáveis pela matéria examinarão as reivindicações ora enumeradas, as quais, por serem de notória procedência e amparadas pelos melhores critérios de tratamento dos assuntos de pessoal, merecerão certamente o atendimento das autoridades em questão.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora, na iminência da já tão falada anistia, torna-se necessário dizer como essa anistia deve ser para que de fato seja uma anistia e não apenas mais um simplório casuismo com vem sendo o usual.

Com as agravantes de já vir muito tarde, "velha" de 15 anos, além de "protelada" e manipulada em segretos e misteriosos "laboratórios".

E que, para vários "anistiandos", vem tarde demais.

Por isto:

a) considerando que não é mais hora nem momento de definições, explicações e outras coisas para caracterizar o que é e significa anistia, nem em grego, nem em português nem em outra qualquer língua ou idioma;

b) considerando que não é mais hora nem momento de discursos longos e bombásticos, plenos de palavreado vazio, teorias e interpretações;

c) considerando que verificamos que, na verdade, todo o mundo que vem tratando do tema anistia — juristas, parlamentares,